



Número 166
Janeiro de 2017

Política de Valorização do Salário Mínimo:

**Salário Mínimo é fixado em
R\$ 937,00 para 2017**

Salário Mínimo é fixado em R\$ 937,00 para 2017

A partir de 1º de janeiro de 2017, o valor do salário mínimo poderá ser de R\$ 937,00, conforme anunciado pela presidência da República. Este valor representa 6,48% sobre os R\$ 880,00 em vigor durante 2016 e corresponde à variação anual estimada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016. Uma vez que o PIB em 2015 não registrou crescimento, seguindo a regra em vigor, não será repassado este ganho adicional, exceto pelo arredondamento do valor obtido pela aplicação do índice de preços.

A política de valorização

Em 2004, as Centrais Sindicais, por meio de movimento unitário, lançaram a campanha pela valorização do salário mínimo. Nesta campanha, foram realizadas três marchas conjuntas em Brasília com o objetivo de pressionar e, ao mesmo tempo, fortalecer a opinião dos poderes Executivo e Legislativo sobre a importância social e econômica da proposta de valorização do salário mínimo. Como resultado dessas marchas, o salário mínimo, em maio de 2005, passou de R\$ 260,00 para R\$ 300,00. Em abril de 2006, foi elevado para R\$ 350,00, e, em abril de 2007, corrigido para R\$ 380,00. Já para março de 2008, o salário mínimo foi alterado para R\$ 415,00 e, em fevereiro de 2009, o valor foi fixado em R\$ 465,00. Em janeiro de 2010, o piso salarial do país passou a R\$ 510,00, resultando em aumento real de 6,02%.

Também como resultado dessas negociações, foi acordado, em 2007, uma política permanente de valorização do salário mínimo até 2023, portanto, trata-se de uma política de longo prazo para a recuperação do valor do piso nacional. Essa política tem como critérios o repasse da inflação do período entre as correções, o aumento real pela variação do PIB, além da antecipação da data-base de revisão – a cada ano - até ser fixada em janeiro, o que aconteceu em 2010.

Esta sistemática se mostrou eficiente na recuperação do valor do salário mínimo e é reconhecida como um dos fatores mais importantes no aumento da renda da população mais pobre e marca o sucesso de uma luta que promoveu um grande acordo salarial da história do país. A política estabelece, ao mesmo tempo, uma regra permanente e previsível promovendo a recuperação gradativa e diferida no tempo, tendo como referência, para os aumentos reais, o crescimento da economia. Ou seja, condiciona a valorização do salário mínimo à “produtividade social”.

A valorização do SM induz a ampliação do mercado consumidor interno e, em consequência, fortalece a economia brasileira. A valorização do mínimo deve continuar, sobretudo porque o país segue profunda e resistentemente desigual. A desigualdade de renda se manifesta de modo explícito tanto na comparação entre indivíduos e famílias quanto entre trabalho e capital. Além disso, a economia brasileira ainda é refém da armadilha de uma estrutura produtiva de baixos

salários. Do ponto de vista do sistema produtivo, o desafio é fazer com que se reduza a desigualdade na distribuição funcional da renda (isto é, entre trabalho e capital) e na distribuição salarial, promovendo a transição para uma estrutura mais igualitária com um patamar de rendimento mais elevado na média. O SM, em um processo de elevação contínua e acelerada, deve ser considerado como instrumento para buscar um patamar civilizatório de nível superior para o Brasil, atendendo aos anseios da maioria dos brasileiros.

Como destacado no livro *Salário Mínimo no Brasil*, a luta pela valorização do trabalho, editado pelo DIEESE em parceria com a LTr Editora:

Dada a importância do SM, como remuneração básica do conjunto dos trabalhadores formais brasileiros, dos aposentados, pensionistas e beneficiários da Assistência (via BPC), e em decorrência do impacto sobre os pisos das categorias, de seu papel como “farol” para as remunerações do chamado mercado informal de trabalho e ainda por constituir vetor de distribuição de renda e redução das desigualdades regionais, pode-se dizer, sem sombra de dúvida, que esta foi a mais importante negociação ocorrida na primeira década dos anos 2000.

Na campanha eleitoral para a presidência da República, em 2014, tanto a candidata reeleita quanto o candidato da oposição assumiram o compromisso de garantir a continuidade do processo de valorização do SM. Constata-se, portanto, que a valorização do SM transformou-se em objetivo permanente da sociedade brasileira. ”

A valorização do salário mínimo conquistada até aqui trouxe resultados muito positivos para a sociedade brasileira. A elevação real do poder aquisitivo de um número expressivo de brasileiros ampliou o mercado consumidor e viabilizou melhorias nas condições de vida das famílias, como a possibilidade de prolongar a formação educacional dos jovens. O aumento desta remuneração também contribuiu significativamente para reduzir a desigualdade de renda no país. Mesmo assim, as desigualdades sociais continuam extremas e ainda resta muito a conquistar. Portanto, o processo de valorização do salário mínimo deve continuar para que o país se torne mais justo, o trabalho tenha remuneração digna e o texto da Constituição ganhe vida.

O reajuste do salário mínimo desde 2002

Em 2002, o salário mínimo foi estabelecido em R\$ 200,00. Em 2003, o reajuste aplicado foi de 20,00%, para uma inflação acumulada de 18,54%, o que correspondeu a um aumento real de 1,23%. No ano seguinte, a elevação foi de 8,33%, enquanto o INPC acumulou 7,06%. Em 2005, o salário mínimo foi corrigido em 15,38%, contra uma inflação de 6,61%. Em 2006, a inflação foi de 3,21% e o reajuste ficou em 16,67%, com aumento real de 13,04%. Em abril de 2007, para um aumento do INPC entre maio/2006 e março/2007 de 3,30%, diante de uma variação de 8,57% no salário nominal, o aumento real do salário mínimo atingiu 5,1%. Em 2008, em fevereiro, o salário mínimo foi reajustado, em 9,21%, enquanto a inflação ficou em 4,98%, correspondendo a um aumento real de 4,03%. Com o valor de R\$ 465,00 em 1º de fevereiro de 2009, o ganho real entre

2008 e 2009 foi de 5,79%. Em 2010, com valor de R\$ 510,00, o ganho real acumulado no período atingiu 6,02%, resultante de uma variação nominal de 9,68%, contra inflação de 3,45%. Em 2011, embora a taxa de crescimento do PIB de 2009 tenha sido negativa, o piso registrou aumento real de 0,37% e, em 2012, com o repasse do crescimento de 7,5% do PIB de 2010 e feito o arredondamento de valor, o salário mínimo foi fixado em R\$ 622,00. Em janeiro de 2013, o valor estabelecido levou o piso para R\$ 678,00 e, em janeiro de 2014, o valor foi fixado em R\$ 724,00. Com o reajuste de janeiro de 2015, o piso foi fixado em R\$ 788,00. Em 2016, em R\$ 880,00.

Com a revisão atual, fixando o valor em R\$ 937,00 e considerando uma taxa mensal do INPC para dezembro/2016 em 0,05%, o salário mínimo terá acumulado ganho real de 77,17% desde 2003, conforme mostrado na Tabela 1.

TABELA 1
Reajuste do Salário Mínimo 2003-2017

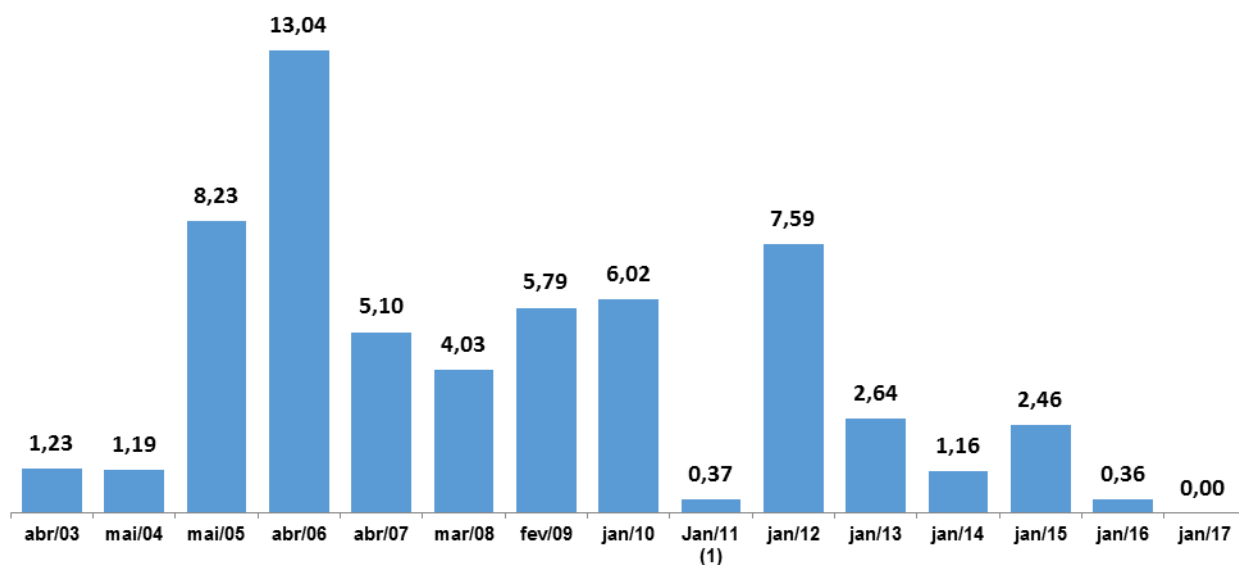
| Período | Salário Mínimo R\$ | Reajuste Nominal % | INPC % | Aumento Real % |
|----------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------|---------------------------|
| Abril de 2002 | 200,00 | | | |
| Abril de 2003 | 240,00 | 20,0 | 18,54 | 1,23 |
| Maio de 2004 | 260,00 | 8,33 | 7,06 | 1,19 |
| Maio de 2005 | 300,00 | 15,38 | 6,61 | 8,23 |
| Abril de 2006 | 350,00 | 16,67 | 3,21 | 13,04 |
| Abril de 2007 | 380,00 | 8,57 | 3,30 | 5,10 |
| Março de 2008 | 415,00 | 9,21 | 4,98 | 4,03 |
| Fevereiro de 2009 | 465,00 | 12,05 | 5,92 | 5,79 |
| Janeiro de 2010 | 510,00 | 9,68 | 3,45 | 6,02 |
| Janeiro de 2011 | 545,00 | 6,86 | 6,47 | 0,37 |
| Janeiro de 2012 | 622,00 | 14,13 | 6,08 | 7,59 |
| Janeiro de 2013 | 678,00 | 9,00 | 6,20 | 2,64 |
| Janeiro de 2014 | 724,00 | 6,78 | 5,56 | 1,16 |
| Janeiro de 2015 | 788,00 | 8,84 | 6,23 | 2,46 |
| Janeiro de 2016 | 880,00 | 11,68 | 11,28 | 0,36 |
| Janeiro de 2017 (1) | 937,00 | 6,48 | 6,48 | 0,00 |
| Total período | - | 368,50 | 164,43 | 77,17 |

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Aumento real estimado, considerando INPC em dezembro de 0,05%

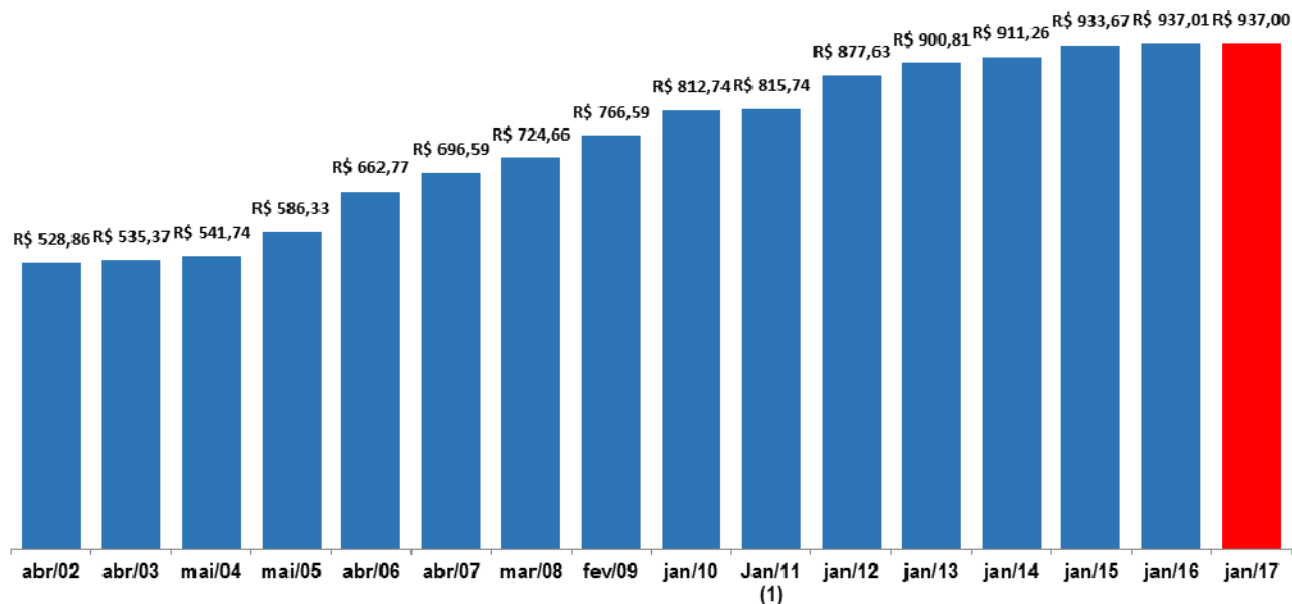
O Gráfico 1 mostra os resultados para o salário mínimo nos anos recentes.

GRÁFICO 1
Aumentos reais no Salário Mínimo em %
2003-2017



Elaboração: DIEESE

GRÁFICO 2
Salário Mínimo em valores constantes de janeiro/2017



Elaboração: DIEESE

Impactos da elevação do salário mínimo na economia

Estima-se que:

- **47,9 milhões de pessoas** têm rendimento referenciado no salário mínimo.
- **R\$ 35,0 bilhões** correspondem ao incremento de renda na economia.
- **R\$ 18,865 bilhões** correspondem ao aumento na arrecadação tributária sobre o consumo.

TABELA 2
Impacto anual decorrente do aumento do salário mínimo em R\$ 57,00

| Tipo | Número de Pessoas (mil) | Valor Adicional da Renda Anual - R\$ (b) | Arrecadação Tributária Adicional R\$ (c) |
|---------------------------|-------------------------|--|--|
| Beneficiários do INSS (a) | 23.133 | 17.141.872.371 | 9.239.469.208 |
| Empregados | 12.212 | 9.049.092.000 | 4.877.460.588 |
| Conta-própria | 8.586 | 5.872.824.000 | 3.165.452.136 |
| Trabalhadores Domésticos | 3.792 | 2.809.872.000 | 1.514.521.008 |
| Empregadores | 184 | 125.856.000 | 67.836.384 |
| Total | 47.907 | 34.999.516.371 | 18.864.739.324 |

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015; Ministério da Previdência e Assistência Social. Boletim Estatístico da Previdência Social, setembro/2016

Obs:(a) Refere-se ao impacto para trabalhadores, empregadores e beneficiários da Previdência Social que recebem até 1 salário mínimo;

(b) Considerando 13 remunerações/ano para beneficiários do INSS, empregados e trabalhadores domésticos;

(c) Considerando tributação média sobre consumo de 53,9 %. Este valor é indicado na publicação Ipea - Comunicado da Presidência nº 22, de 30/06/2009, como a carga incidente sobre a renda familiar até 2 SM

Importância do salário mínimo nas administrações públicas

No setor público, o número de servidores que ganha até 1 salário mínimo é pouco expressivo nas administrações federal e estaduais. Nas administrações municipais, a participação deles é maior, especialmente na região Nordeste (Tabela 3). Quando se observa o impacto do aumento de 6,48% sobre o salário mínimo na massa de remuneração dos trabalhadores do setor público, verifica-se a mesma tendência: maior impacto nas administrações municipais no Nordeste e Norte (Tabela 4).

TABELA 3

**Emprego no setor público por faixa de remuneração
Brasil e Grandes Regiões**

(em %)

| Região | Serviço Público Federal | | | |
|-----------------------|---------------------------|-------------------------|--------------------|------------------|
| | Até R\$ 880,00 | De R\$ 880 a R\$ 937,00 | Mais de R\$ 937,00 | Total (1) |
| Norte | 4,15 | 0,33 | 92,78 | 100,00 |
| Nordeste | 3,80 | 0,13 | 93,54 | 100,00 |
| Sudeste | 3,77 | 0,14 | 93,07 | 100,00 |
| Sul | 2,95 | 0,06 | 94,80 | 100,00 |
| Centro-Oeste | 10,60 | 0,04 | 86,01 | 100,00 |
| Total | 6,36 | 0,11 | 90,56 | 100,00 |
| Valor absoluto | 68.814 | 1.146 | 979.465 | 1.081.551 |
| Região | Serviço Público Estadual | | | |
| | Até R\$ 880,00 | De R\$ 880 a R\$ 937,00 | Mais de R\$ 937,00 | Total (1) |
| Norte | 8,34 | 0,57 | 86,97 | 100,00 |
| Nordeste | 9,92 | 1,17 | 85,09 | 100,00 |
| Sudeste | 7,07 | 0,43 | 89,65 | 100,00 |
| Sul | 1,67 | 0,06 | 96,99 | 100,00 |
| Centro-Oeste | 3,96 | 0,41 | 94,15 | 100,00 |
| Total | 6,89 | 0,58 | 89,64 | 100,00 |
| Valor absoluto | 227.296 | 19.007 | 2.956.880 | 3.298.732 |
| Região | Serviço Público Municipal | | | |
| | Até R\$ 880,00 | De R\$ 880 a R\$ 937,00 | Mais de R\$ 937,00 | Total (1) |
| Norte | 20,30 | 2,90 | 72,48 | 100,00 |
| Nordeste | 24,04 | 3,74 | 67,74 | 100,00 |
| Sudeste | 8,71 | 1,52 | 86,72 | 100,00 |
| Sul | 5,58 | 1,13 | 90,39 | 100,00 |
| Centro-Oeste | 12,77 | 2,76 | 79,93 | 100,00 |
| Total | 14,35 | 2,36 | 79,60 | 100,00 |
| Valor absoluto | 820.303 | 135.036 | 4.550.874 | 5.716.842 |

Fonte: MTE. Rais 2015

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui os vínculos sem informação de salário

TABELA 4
Impacto do reajuste do SM para R\$ 937,00 na folha total
Brasil e Grandes Regiões

| Região | Serviço Público Federal | | |
|--------------|---------------------------|-------------------------|--------------|
| | Até R\$ 880,00 | De R\$ 880 a R\$ 937,00 | Total |
| Norte | 0,38% | 0,00% | 0,38% |
| Nordeste | 0,30% | 0,00% | 0,30% |
| Sudeste | 0,34% | 0,00% | 0,34% |
| Sul | 0,22% | 0,00% | 0,22% |
| Centro-Oeste | 0,69% | 0,00% | 0,69% |
| Total | 0,44% | 0,00% | 0,45% |
| Região | Serviço Público Estadual | | |
| | Até R\$ 880,00 | De R\$ 880 a R\$ 937,00 | Total |
| Norte | 1,10% | 0,00% | 1,11% |
| Nordeste | 1,17% | 0,01% | 1,18% |
| Sudeste | 0,90% | 0,00% | 0,91% |
| Sul | 0,24% | 0,00% | 0,24% |
| Centro-Oeste | 0,28% | 0,00% | 0,29% |
| Total | 0,79% | 0,00% | 0,79% |
| Região | Serviço Público Municipal | | |
| | Até R\$ 880,00 | De R\$ 880 a R\$ 937,00 | Total |
| Norte | 3,38% | 0,05% | 3,43% |
| Nordeste | 4,18% | 0,06% | 4,24% |
| Sudeste | 1,33% | 0,02% | 1,35% |
| Sul | 1,14% | 0,01% | 1,15% |
| Centro-Oeste | 2,42% | 0,03% | 2,45% |
| Total | 2,18% | 0,03% | 2,21% |

Fonte: MTE. Rais 2015

Elaboração: DIEESE

Impacto do aumento nas contas da Previdência

- O peso relativo da massa de benefícios equivalentes a até 1 salário mínimo é de **48,3%** e corresponde a **68,6%** do total de beneficiários.
- O acréscimo de cada R\$ 1,00 no salário mínimo tem impacto estimado de **R\$ 300,734 milhões ao ano sobre a folha de benefícios da Previdência Social**.
- Assim, o impacto do aumento para **R\$ 937,00 (variação de R\$ 57,00)** significará custo adicional ao ano de cerca de **R\$ 17,142 bilhões**.

Distribuição dos ocupados que recebem salário mínimo nas regiões

A distribuição dos ocupados por faixa de salário mínimo nas diversas regiões brasileiras pode ser vista na Tabela 5 e reitera a maior importância da remuneração mínima para o Norte e o Nordeste.

TABELA 5
Distribuição % dos ocupados, por faixas de rendimento em todos os trabalhos
Brasil e Grandes Regiões - 2015

| Regiões | Com rendimento até 2 S.M. | | | Mais de 2 S.M. | Total Absoluto (mil pessoas) |
|--------------|---------------------------|--------------------|-------|----------------|---------------------------------|
| | Até 1 S.M. | Mais de 1 a 2 S.M. | Total | | |
| Norte | 40,9 | 36,5 | 77,4 | 22,7 | 6.679 |
| Nordeste | 54,0 | 30,0 | 84,0 | 16,0 | 21.040 |
| Sudeste | 18,1 | 45,0 | 63,1 | 36,9 | 38.739 |
| Sul | 16,0 | 44,1 | 60,1 | 39,9 | 13.910 |
| Centro-Oeste | 20,0 | 41,4 | 61,4 | 38,6 | 7.301 |
| Brasil | 28,3 | 40,3 | 68,6 | 31,4 | 87.668 |

Fonte: IBGE. Pnad 2015

Elaboração: DIEESE

Obs.: Excluídas as pessoas que recebiam somente em benefícios ou sem declaração de rendimento do trabalho principal

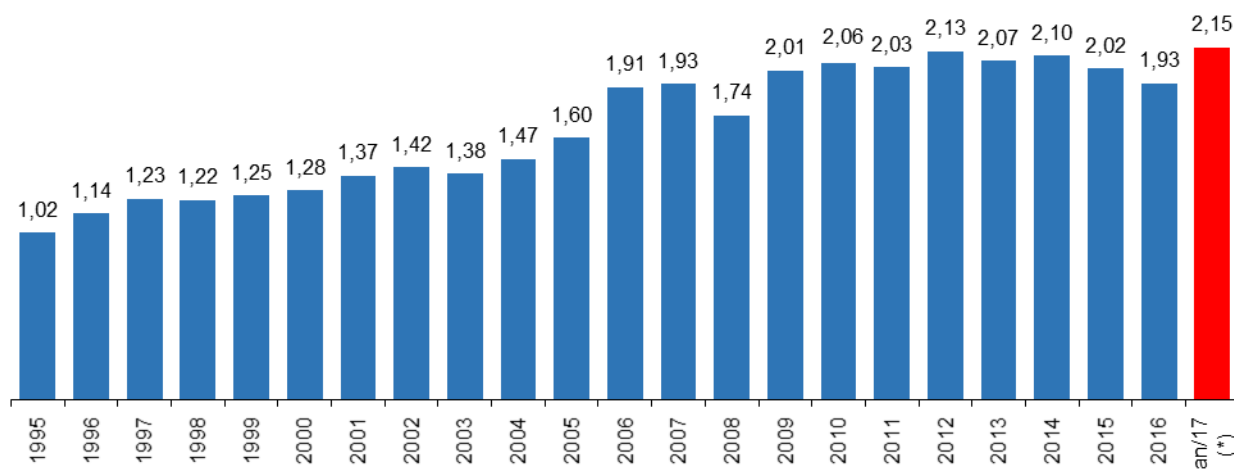
Relação entre salário mínimo e cesta básica

Com o valor do salário mínimo em R\$ 937,00 e a cesta básica de janeiro estimada em R\$ 435,00, o salário mínimo terá então poder de compra equivalente a 2,15 cestas básicas (cesta básica calculada pelo DIEESE, conforme decreto nº 399/1938, para definir o valor do Salário Mínimo Necessário).

Na série histórica da relação entre as médias do salário mínimo anual e da cesta básica anual verifica-se que:

- **A quantidade de 2,15 Cestas Básicas corresponde ao maior valor verificado desde 1979.**

GRÁFICO 3
Quantidade de cestas básicas adquiridas pelo salário mínimo



Fonte: DIEESE

Nota: (*) estimativa para janeiro/2017

TABELA 6
Quantidade de cestas básicas adquiridas
com um salário mínimo na cidade de São
Paulo - 1995-2017

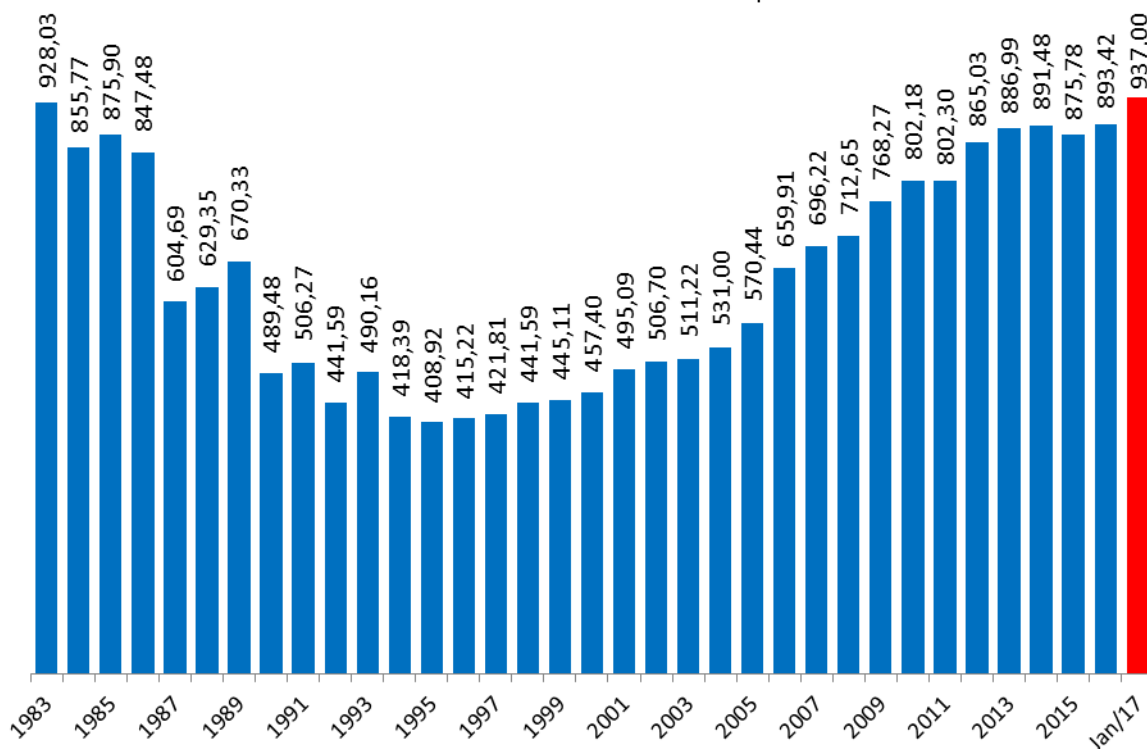
| Ano (1) | Relação Salário Mínimo / Cesta Básica |
|------------|--|
| 1995 | 1,02 |
| 1996 | 1,14 |
| 1997 | 1,23 |
| 1998 | 1,22 |
| 1999 | 1,25 |
| 2000 | 1,28 |
| 2001 | 1,37 |
| 2002 | 1,42 |
| 2003 | 1,38 |
| 2004 | 1,47 |
| 2005 | 1,60 |
| 2006 | 1,91 |
| 2007 | 1,93 |
| 2008 | 1,74 |
| 2009 | 2,01 |
| 2010 | 2,06 |
| 2011 | 2,03 |
| 2012 | 2,13 |
| 2013 | 2,07 |
| 2014 | 2,10 |
| 2015 | 2,02 |
| 2016 | 1,93 |
| jan/17 (*) | 2,15 |

Fonte: DIEESE

Nota: (1) Estimativas

Considerando a série histórica do salário mínimo e trazendo os valores médios anuais para reais de 1º de janeiro de 2017 (deflacionados por projeção do ICV- estrato inferior), o valor de R\$ 937,00, em 1º de janeiro de 2017, é o maior valor real da série das médias anuais desde 1983.

GRÁFICO 4
Salário Mínimo Real Médio Anual em R\$ de 01/01/2017



Elaboração: DIEESE

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Vice-presidente: Luís Carlos de Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias

Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Secretário Nacional: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá
Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo: Alceu Luiz dos Santos

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e
Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Carlos Donizeti França de Oliveira

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de
São Paulo - SP

Diretor Executivo: Cibele Granito Santana

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e
de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo: Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretora Executiva: Raquel Kacelnikas

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Direção Técnica

Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio

Coordenadora de pesquisas e tecnologia: Patrícia Pelatieri

Coordenador de educação e comunicação: Fausto Augusto Júnior

Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenadora de estudos em políticas públicas: Angela Maria Schwengber

Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas

Equipe técnica

Ilmar Ferreira Silva

José Silvestre Prado de Oliveira (revisão técnica)